

**DE PORTUGAL A MACAU**  
**FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS**



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

## **Ficha técnica**

**Título:** De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

### **Organização:**

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

**Editor:** Universidade do Porto. Faculdade de Letras

**Ano de edição:** 2017

**ISBN:** 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

# WENCESLAU DE MORAES E A NOÇÃO SENTIMENTAL DAS COISAS E DOS HOMENS

Mário Carneiro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ CFUL

Alameda da Universidade

1600-214 Lisboa

(351) 217 920 000 | [info@letras.ulisboa.pt](mailto:info@letras.ulisboa.pt)

Resumo: A partir de textos do legado literário de Wenceslau de Moraes, em particular, da obra *Dai Nippon (O Grande Japão)* riquíssimo testemunho da sua vivência no Oriente, são apresentadas considerações acerca da sua *noção sentimental das coisas e dos homens* e de algumas das suas implicações filosóficas, no domínio do exercício cognitivo. Neste contexto, são discutidos alguns conceitos conexos à relação sujeito-objecto: distanciamento, impessoalidade, objectividade, aproximação, intimidade, emoção.

Palavras-chave: distanciamento, aproximação, emoção, objectividade.

Abstract: From texts from the literary legacy of Wenceslau de Moraes, namely from the book *Dai Nippon (O Grande Japão)*, which represents a very rich testimony of the author's experience in Asia, I present some considerations about his *noção sentimental das coisas e dos homens* (sentimental notion of things and men), and about some of its philosophical implications, in the area of cognition. In this context, I discuss some concepts related to the subject-object relation: detachment, impersonality, objectivity, closeness, intimacy.

Keywords: detachment, closeness, emotion, objectivity.

I – As considerações que se seguem sobre Wenceslau de Moraes e a sua noção sentimental das coisas e dos homens têm por base a obra *Dai Nippon (O Grande Japão)*<sup>1</sup>, publicada em 1897.

Contudo, antes de nos debruçarmos sobre o fascinante texto que é *Dai Nippon*, começaremos por fazer referência a um outro texto, este de Lord Cromer, intitulado *Modern Egypt*,<sup>2</sup> publicado em 1908. O recurso à obra de Cromer, antigo Cônsul Geral Britânico no Egito e ex-governador da Índia, é motivado pela circunstância de ela ter sido escrita na mesma época do texto de Wenceslau de Moraes e pela particularidade do seu conteúdo, se confrontado com o do nosso autor, nos ajudar a evidenciar *dois modos* distintos de conhecer a realidade humana. Apesar do texto de Cromer resultar sobretudo do conhecimento que detinha do Egito e da Índia, é sobre o *homem oriental* que ele desenvolve a sua tese. Contudo, mais do que as diferenças entre os conhecimentos que ambos nos oferecem do homem oriental — em parte justificadas pela diferença de meridiano (Egito e Japão) — interessará perscrutar as diferenças no *modo de olhar*, de um e de outro.

II – Em *Modern Egypt*, Cromer começa esclarecer a natureza do seu estudo: «Sou apenas um diplomata e um administrador, cujo estudo é o homem, do ponto de vista daquele que o governa.»<sup>3</sup>

O «homem» a que Lord Cromer se refere é o homem egípcio, mas também o homem indiano — atendendo à sua anterior experiência administrativa e governativa na Índia. No pensamento de Cromer, o homem egípcio e o homem indiano são não apenas representantes das respectivas culturas mas também, e essencialmente, representantes do *homem do Oriente* ou, se quisermos utilizar as suas próprias palavras, representantes da «mente oriental» ou da «mente do oriental». É nesse contexto que devem ser lidas as conclusões a que nesse estudo o autor inglês chegou. Vejamos um trecho dessas conclusões.

Começando por recordar uma frase que o historiador e poeta inglês Alfred Lyall um dia lhe terá dito — «A precisão é incompatível com a mente oriental» — Cromer confirma essa incompatibilidade, fundamenta-a e acrescenta elementos para uma mais ampla caracterização:

Falta de rigor que facilmente degenera em falsidade é de facto a principal característica da mente oriental.

<sup>1</sup> Wenceslau de Moraes, *Dai Nippon (O Grande Japão)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

<sup>2</sup> Evelyn Baring, Lord Cromer, *Modern Egypt*, Macmillan Co., New York, 1908.

<sup>3</sup> Apud Edward W. Said, *Orientalismo*, Edições Cotovia, Lisboa, 2004, p. 44.

O europeu faz raciocínios ponderados; as suas afirmações sobre a realidade estão livres de qualquer ambiguidade; é um lógico por natureza, ainda que não tenha estudado lógica; [o europeu] é por natureza céptico e exige provas antes de aceitar a verdade de uma qualquer proposição; a sua inteligência polida funciona como uma máquina. A mente do oriental, pelo contrário, carece, tal como as suas ruas pitorescas, de simetria. O seu raciocínio está cheio de descrições desordenadas. [...] As faculdades lógicas [...] são muito deficientes.

São muitas vezes incapazes de tirar as conclusões mais óbvias das premissas mais simples a partir das quais possam admitir a verdade. (*Ibidem*, pp. 43-44).

Detenhamo-nos um pouco nos dois trechos citados, começando pelo primeiro, aquele em que Lord Cromer enuncia um *objecto* de conhecimento — no caso, o homem oriental — ao mesmo tempo que contextualiza o *sujeito* desse conhecimento — na circunstância, ele próprio, situado no *ponto de vista* do governante.

Sabemos que qualquer conhecimento incorpora um *ponto de vista*. O sujeito do conhecimento necessita de um *ponto* de observação, como condição de possibilidade do exercício cognitivo. Neste *ponto de vista* constitutivo do acto de conhecer, radica uma exterioridade, um distanciamento, uma separação ou uma oposição do sujeito em relação ao objeto. A filosofia do conhecimento, a filosofia da mente, a psicologia genética falam-nos profusamente sobre esta separação entre sujeito e objecto e sobre este ponto de vista *constitutivo* do conhecimento.

O que poderá ser pertinente é interrogarmo-nos se, ao ponto de vista *constitutivo* do acto de conhecer, o cognoscente deve *aditar* outros pontos de vista que introduzam um *novo nível* de separação na relação cognitiva, um distanciamento *adicional* ao do ponto de vista constitutivo dessa relação.

O problema da introdução de distanciamentos *adicionais* à separação originária entre sujeito e objecto reporta-nos à ideia, aceite por todas ou quase todas as áreas do conhecimento científico, de que o sujeito tanto melhor conhece o objecto quanto menos o afectar e quanto menos por ele se deixar afectar. Isto é, o sujeito obterá um conhecimento tanto mais objectivo (no sentido de mais correspondente com a realidade) quanto menor for a interferência de um sobre o outro. Com efeito, a objectividade, enquanto paradigma orientador de vários domínios cognitivos, sedimenta-se no anseio de uma apreensão *asséptica* do objecto pelo sujeito. É neste contexto, aliás, que surgem os conceitos conexos de *impessoalidade*, de *imparcialidade*, entre outros similares, sempre que se fala de objectividade.

Lord Cromer, que não era um homem da ciência, mas da diplomacia e da administração, também considerava que para *melhor conhecer* o homem oriental, como objectivo de melhor o governar, necessitava de *aditar* ao *ponto de vista*

*constitutivo* de qualquer cognoscente, o *ponto de vista do administrador*. Ora o *aditamento* deste ponto de vista introduz na relação sujeito-objecto *uma outra* relação, a relação de governante-governado, geradora de um *distanciamento suplementar*, ainda que de natureza diversa, entre os dois elementos da relação cognitiva. O que nos conduz ao segundo trecho acima citado.

No segundo trecho, Cromer mostra-nos que o *ponto de vista* do administrador conduziu-o a concluir que, recorde: *i)* a principal característica da mente oriental é a falta de rigor, degenerando facilmente em falsidade; *ii)* a mente do oriental carece de simetria; *iii)* o seu raciocínio caracteriza-se por descrições desordenadas; *iv)* as suas faculdades lógicas são deficientes, e, muitas vezes, incapazes de alcançarem as conclusões mais óbvias das premissas mais simples.

Estas conclusões são apresentadas como isentas de juízos valorativos, reportadas a factos e de natureza descritiva. Surgem como produto de uma observação *reforçadamente* distanciada, aparentemente menos sujeita a interferências nocivas, directas ou indirectas, do objecto no sujeito ou deste naquele. Daqui resultou, por conseguinte, um perfil do homem oriental, cuja caracterização deriva de um *modo de conhecer*, sobre o qual já assinalámos alguns dos seus pressupostos. Valerá a pena cotejar agora este perfil cromeriano do homem oriental com o perfil de um outro povo oriental — no caso, o japonês — descrito por Wenceslau de Moraes. Todavia, mais do que as diferenças de conteúdo dos perfis, importa conferir o *modo de conceber* o conhecimento desse povo, por parte de Moraes, na medida em que é o modo de conceber e de realizar esse conhecimento que possibilita gerar o perfil do japonês, nos moldes em que é feito.

Nas primeiras páginas de *Dai Nippon*, Moraes explica como pensou dar-nos a conhecer o país cuja cultura e civilização aprendera a amar, o Japão:

Imaginei descrevê-lo sob um ponto de vista íntimo, particularmente afectivo [...]. E quando se verbere de menos rigorosa, de alheia à verdade, esta noção sentimental das coisas e dos homens, vêm desejos à gente de perguntar o que é isto de — verdade, — que significação absoluta encerra, neste mundo de modalidades efémeras onde vivemos.<sup>4</sup>

Wenceslau de Moraes propõem-se falar de um povo, de uma cultura, de um país estrangeiro «de um ponto de vista íntimo, particularmente afectivo». Contrariamente a Lord Cromer — que pretendeu conhecer o homem oriental a partir do ponto de vista do governante — e contrariamente ao conhecimento designado de objectivo — que preconiza o *distanciamento* e a *impessoalidade* — o ponto de vista de Wenceslau

<sup>4</sup> Wenceslau de Moraes, *Op. cit.*, p. 17.

de Moraes não tem um propósito de afastamento do objecto; ao invés, anuncia um conhecimento resultante de uma aproximação, de uma procura de intimidade, onde os afectos têm lugar, onde o sujeito está por *inteiro* no exercício cognoscitivo — não necessita, neste sentido, de se amputar, de excluir parte de si (no caso, a parte emotiva). Nem é requerida uma nova exterioridade do sujeito em relação ao objecto. Não é, pois, de um ponto de observação impessoal e afastado que Moraes nos fala. O caminho que sugere é, como já assinalámos, o da proximidade, o da intimidade. Por isso, designa o conhecimento daqui advindo de «noção sentimental das coisas e dos homens». Trata-se, por conseguinte, de um conhecimento cuja génese se afasta do arquétipo que entende a impessoalidade como condição necessária da objectividade e da verdade. É este paradigma que Wenceslau de Moraes interpela quando pede que não se verbere de menos rigoroso e de alheio à verdade o conhecimento que se elabora a partir da intimidade e do sentimento. Ainda que não a aprofunde, esta interpelação chega à própria noção de *Verdade*, quando Moraes se interroga e nos interroga sobre a significação absoluta que o termo *Verdade* afinal encerra.

É talvez por isto que onde Cromer vê ilogicidades, imprecisões, desordens e falsidades, como características estruturais da mente oriental, Moraes vê outras características, de diferente natureza. Para além das diferenças conjunturais entre povos, parece ser o *modo de olhar* ou, se se preferir, o *modo de conhecer* que conduz à elaboração de perfis distintos. Vejamos o que, através desse *modo de conhecer*, nos diz Moraes sobre os japoneses:

Não querendo atribuir ao povo japonês, mesmo sem excepção do menos culto, uma agudeza no sentir que envergonharia o mundo inteiro, é forçoso conceder uma maneira particular de gozo, de sensualidade no seu dom de visão [...]. O povo japonês, vivendo em plena liberdade e em plena luz [...] busca, nos longos ócios de contemplativo, a harmonia da cena, a gentil puerilidade das coisas próximas. É um enlevo seguir na esteira desses grupos descuidosos de romeiros, de campos fora, de encostas arriba, embevecidos num nascer de sol, num capricho de nuvem, numa irisação de cascata, num contorno de colina, numa flor que desabrocha, num insecto que rodopia. (*Ibidem*, p. 60).

Estas e outras considerações semelhantes de Wenceslau de Moraes derivam evidentemente de um movimento de aproximação, de procura de intimidade com o objecto de estudo, que lhe possibilitou conhecer um povo oriental possuído de particular sensibilidade estética, em tudo contrastante com o quadro generalista, rude e grotesco da *mente do oriental* traçado por Cromer. Em lugar do caos conceptual, da ausência de verdade e de rigor, observados pelo inglês, Moraes

verifica a existência de um olhar que retém, que memoriza e que pensa, dando como exemplo a arte:

Em todas as concepções da arte japonesa é frisante o admirável tacto de naturalismo amoroso, o cuidado ardente de descrever como o mais fiel dom de verdade, de vida palpitante, a natureza em galas; e esse fino tacto, que se generaliza num sentimento de bom gosto em tudo, abrange toda a escala das manifestações, descendo até ao albergue humilde, revelado no amanho do jardimzinho doméstico, na simples floreira verdejante, no arranjo dos simples utensílios de uso na habitação, na disposição gentil dos artigos de venda na lojinha escancarada ao público. (*Ibidem*).

Chegados aqui, importa assinalar um outro elemento desta análise. O movimento de aproximação ao objecto de estudo, enquanto *outro modo* de exercício de conhecimento levado a cabo por Wenceslau de Moraes, exige — porque se trata de um estudo da realidade humana — a atitude de abertura ao outro, ao diferente, à comunhão entre humanos. É certamente este movimento de aproximação *inter pares* que possibilita o lugar para o afecto na relação cognitiva, e que por ele é reforçado. A visão sentimental das coisas e dos homens está, pois, ligada a uma abertura primeira geradora de possibilidades que o distanciamento cognitivo *reforçado* não faculta. É este o contexto que possibilita aceder a instâncias do objecto que de outro modo não parecem ser reveláveis. Wenceslau de Moraes continuamente dá-nos disso testemunho. Referindo-se, por exemplo, à mão japonesa, Moraes escreve:

Se é de mulher, é um primor de formas adoráveis, minúscula, suavíssima nas linhas, numa coloração de creme e rosas; em ambos os sexos, miudinha, correcta, extremamente móvel no gesto, leve nos contactos, dificilmente inactiva. A feição moral dessa mão, digamos assim, estuda-se com particular amor na *musumé*. É uma prolixidade de mímica encantadora, um volutear contínuo de insecto; e o mais curioso, é que todos esses movimentos, espontâneos, irreflectidos, em nada se parecem com os movimentos que conhecemos, revelando-nos verdadeiras surpresas estéticas deliciosas. (*Ibidem*, p. 61).

Esta visão sentimental da mão japonesa é completada, no mesmo texto, com o que Wenceslau de Moraes designou de «uma particularidade de exame que não deixa dúvidas a ninguém». A forma como fala dessa particularidade elucida-nos sobre o seu *modo de ver*:

A pega, a asa, o cabo, o manípulo dos objectos usuais afectam formas e disposições diferentes das que conhecemos, a ponto de se nos afigurarem impróprias para o fim a que se destinam; isto, por exemplo, no bule, na chávena, na bandeja, no espelho, na ventarola, no cofre. Como predilecção geral dessa mão japonesa, evidencia-se uma simpatia constante para o gesto aéreo, sem poisar-se, sem apoio, livre, como se os dedos fossem asas e esvoaçassem no espaço como uma borboleta. (*Ibidem*).



*Dai Nippon* é um livro pródigo em passagens que expressam um conhecimento profundo da realidade japonesa, da sua história, da sua arte, da sua vida social e quotidiana. Esse conhecimento é revelado quase sempre através de prosa poética. Contudo, nessa prosa, Moraes recorrentemente leva a cabo — não obstante a ruptura que opera com o formalismo do discurso que pretende ser semanticamente neutro — operações de descrição, de análise e de síntese, comuns na discursividade científica, mas, aqui, impregnadas de emoção. Ora, esta leitura sentimental não só não parece obscurecer a realidade que analisa como parece conduzir a pormenores e a profundidades a que a leitura distanciada provavelmente não seria sensível e, se o fosse, teria dificuldade em expressá-los. Por outras palavras, parece conduzir, por extravagante que nos surja, a uma maior objectividade.

Tomemos em atenção um outro exemplo — o modo como Wenceslau de Moraes se refere à escrita da língua japonesa:

Estude-se agora, o mais comezinho trabalho artístico, a escrita. A mão e o pulso no ar; três dedos seguram o longo pincel, aguçado como um estilete, caindo verticalmente sobre o papel; os outros dedos, soltos, em curvas meigas de falanges, palpitam ao acaso. É fácil experimentar como uma tal postura dá liberdade e intenção ao traço, que vai assim correr caprichoso, bem dissemelhante do nosso monótono cursivo. Eis a natural explicação da elegância da escrita japonesa, e o mesmo diríamos da chinesa; eis como, mesmo para o profano, há particularidades de traços que falam eloquentemente por si, agudezas de linhas que ferem, vírgulas que saltam, curvas ondulantes que amam. Para construir o encanto de uma frase, o ocidental tem de esvaziar sobre o papel a cornucópia dos seus adjectivos aveludados; o japonês, num só dos seus símbolos, por um simples segredo de mecânica, pode imprimir, com mais intensidade ainda, um ímpeto, um grito, uma reticência dolente... (*Ibidem*, pp. 61-62).

Wenceslau de Moraes alia ao conhecimento apurado da língua e da ortografia japonesas a sensibilidade de quem imergiu de modo *inteiro* na cultura nipónica. Por isso a apreendeu, conheceu, expressou. Nesta relação sujeito-objecto, a impessoalidade, a imparcialidade, o distanciamento adicional não constituem, pois, condição de possibilidade de conhecimento.

São múltiplos os exemplos que poderiam ser aduzidos aos que já foram apresentados. Vejamos um último trecho ilustrativo, desta vez, respeitante a um produto trivial, de consumo corrente, os tecidos japoneses:

[...] Em exposição permanente à frente das lojinhas baixas, pendem como que em longos cortinados as inúmeras peças de tecidos, as sedas dos *kimonos*, os cetins das cinturas, os crepes que se colam às carnes. Que cores predominam? Não têm cores, parece-me, [...] ou talvez sejam elas indefiníveis. A harmonia é tal, nesses mil tons

diluídos e consorciados por subtis gradações, que emana deles antes uma impressão afectiva do sentir do que um clarão qualquer que choque a retina. Sedas azuis, sedas roxas, sedas amarelas, sedas douradas, sedas carmesins, não há: há sedas hilariantes, há sedas frementes... A gente vai passando, e dir-se-ia que não são os olhos que vêem, mas a alma que sente. Na paleta nipónica não há verde, há mil verdes; não há azul, há mil azuis; as cores não se classificam, surgem da intuição pura da natureza. Nesses deliciosos tecidos [...] despejou o artista obscuro várias diluições de mil cores sem nome, em teorias de bambús entrelaçados, de flores quiméricas, de aves (*Ibidem*, p. 63).

Como fizemos notar ao longo destas considerações, *Dai Nippon* é um texto repleto de passagens, como esta última, onde se percebe que o conhecimento que nos é literariamente transmitido é resultado de uma relação íntima e sentimental entre sujeito e objecto.

Duas notas finais de síntese.

A relação cognitiva que Wenceslau de Moraes estabelece com a realidade japonesa, sendo, como temos estado a enfatizar, uma relação de proximidade e de intimidade, de onde emerge uma visão sentimental das coisas e dos homens, remete-nos, como salientámos, para uma outra relação: a relação do eu com o *outro*. Na verdade, a relação cognitiva íntima, de que Moraes nos dá testemunho, supõe intersubjectividade relacional, abertura ao *outro*, consciência de que a diferença é inerente à vida humana, seja na dimensão pessoal, social ou cultural. A relação cognitiva de proximidade exige uma relação pessoal, social e cultural também de proximidade.

Por outro lado, a visão sentimental das coisas e dos homens de Wenceslau de Moraes interpela a subestimação da emoção estética e do afecto na elaboração cognitiva que fazemos dos seres e das coisas. Resultado de uma dicotomia histórica, o conhecimento que detém a classificação de objectivo (no sentido de mais conforme com a realidade) tem sido construído na exclusividade do lado racional da equívoca oposição entre razão e emoção — apesar dos múltiplos acometimentos que do campo da filosofia, da literatura, da arte e, mais recentemente, da própria ciência essa dicotomia tem sido alvo.

Eduardo Lourenço, num texto de 1963, mas só recentemente publicado no *Jornal de Letras*, escreveu, a propósito da obra cinematográfica *8 ½*, de Fellini: «Arte é isto mesmo: dar à vida uma segunda oportunidade.» É possível que, em algum momento, Wenceslau de Moraes tenha pensado de si para si e tenha formulado uma hipótese semelhante: talvez a emoção possa dar ao conhecimento uma segunda oportunidade.